



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

2022-2023

Curso de Mestrado

Unidade curricular

Direito Constitucional – Tema: *Estado de Direito digital e constitucionalismo*

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A digitalização do Estado e da sociedade constitui uma realidade e um projeto político europeu. Impactam no exercício das funções do Estado, nas relações jus-fundamentais, na configuração de princípios como os da separação de poderes, da legalidade e da igualdade e desafiam os processos de garantia da Constituição. Importa compreender os termos deste impacto e estes desafios e desenvolver respostas dentro dos parâmetros do Estado de Direito no quadro de um constitucionalismo (digital) global e multinível.

Constituem aptidões e competências relevantes as de discutir “como o exercício do poder deve ser limitado (tornado legítimo) na era digital” (constitucionalismo digital) na perspetiva da garantia do Estado de Direito; promover a identificação e aplicação dos parâmetros jus-fundamentais à utilização de tecnologias de informação por atores privados e na tomada de decisões legislativas, judiciais e administrativas; refletir sobre a bondade e eficácia dos instrumentos jurídico-constitucionais disponíveis para garantia do Estado de Direito na transição digital; e treinar uma visão cosmopolita e juridicamente precisa da atuação dos diferentes atores públicos nacionais quanto à observância do princípio do Estado de Direito.

Conteúdos programáticos

I. Introdução: Constitucionalismo, Constituições e Estado de Direito - factos, questões e perspetivas

II. Direitos fundamentais e valores democráticos

2.1. Os limites constitucionais à utilização de tecnologias de informação com impacto nos direitos e liberdades fundamentais

2.2. A utilização de sistemas de inteligência artificial na definição dos limites da desinformação e na moderação deste conteúdo

2.3. O direito ao procedimento devido numa “sociedade algorítmica”

2.4. O “Estado de Direito como um limite à determinação privada da proteção dos direitos fundamentais”

III. Estado social digital

IV. A lei no Estado de Direito digital

4.1. A regulação cooperativa público-privada; a participação ou representação dos cidadãos na definição de algoritmos; o sentido e a aplicação do princípio da separação de poderes

4.2. O quadro legal adequado para a inteligência artificial (v.g., *AI Act*)

4.3. A tecnologia como uma oportunidade para legislar melhor



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

V. A inteligência artificial, sistemas de aplicação das regras legais e o desempenho dos serviços públicos

VI. Instrumentos jurídico-constitucionais para garantia do Estado de Direito na transição digital

6.1. A tutela de direitos em face de plataformas digitais

6.2. A tutela de direitos em face da aplicação de tecnologias de informação no exercício da função administrativa

6.3. A aplicação de tecnologias de informação ao exercício da função jurisdicional

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

No contexto problemático dos desafios que se têm colocado ao Estado de Direito democrático (v.g., <https://ourworldindata.org/democracy>; e *Autocratization Turns Viral. Democracy Report 2021*. University of Gothenburg: V-Dem Institute - https://www.v-dem.net/democracy_reports.html) e da transformação digital da sociedade e do Estado, o programa: *i*) analisa e discute conceitos-chave do Estado de Direito e a sua relação com o constitucionalismo; *ii*) examina as diferentes dimensões teórico-práticas do Estado de Direito digital. O programa permite aprofundar o conhecimento sobre todas as questões que se colocam no Estado de Direito digital, promove a investigação correspondente e treinar a aplicação das plúrimas referências jus-constitucionais na matéria.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino/aprendizagem assenta na articulação entre a análise dogmática e contextos reais aplicativos dos parâmetros do Estado de Direito na transição digital. Assenta, bem assim, na valorização do trabalho de investigação e na discussão colaborativa entre os participantes.

Os estudantes são convidados a fazer leituras orientadas (textos doutrinários, jurisprudência e documentos, inseridos na página da unidade curricular no moodle), de acordo com calendarização indicada. A partir destas, da visualização de curtos vídeos (por exemplo, Gregor Stojin, President of the CAHAI (Ad hoc Committee on Artificial Intelligence), *The feasibility study on AI legal standards* - <https://www.youtube.com/watch?v=Oui7MLuhY-A>; e *Opening keynote*, R. Daniel Kelemen, RECONNECT Conference 2019 - July 2019 (<https://reconnect-europe.eu/elementor-3445/>), de específicos planos de aula e das apresentações pelos estudantes serão organizadas discussões temáticas.

A avaliação pondera o resultado de trabalho final escrito, a apresentação em aula do respetivo projeto e a participação nas discussões. O trabalho consiste num ensaio sobre um tema à escolha do estudante (no âmbito do tema geral da UC). O docente dará *feedback* individualizado sobre o respetivo projeto (até data a indicar no moodle). A grelha de avaliação do trabalho obedece aos critérios e escalas definidos em documento inserido no moodle, na página da unidade curricular, sob o título: “grelha de avaliação”.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino procuram favorecer a aprendizagem ativa dos diversos conceitos, princípios e regimes e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e juridicamente cosmopolita das questões relativas ao Estado de Direito na transição digital.

A calendarização das atividades e a disponibilização, na plataforma moodle, de materiais vários de estudo, o diálogo com a docente, assim como a dimensão aplicativa e colaborativa das atividades proposta permitem uma aprendizagem ativa e a construção de uma visão contemporânea sobre as temáticas propostas.

Bibliografia principal

- AAVV. (2018). *Handbook on the Rule of Law*, Edited by Christopher May.
- AAVV. (2022). “Rule of the Law vs Rule of the Algorithm”, Simpósio organizado por *Democracy Reporting International* e *Verfassungsblog*, 2022 (<https://democracy-reporting.org/en/office/EU/news/the->



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

rule-of-law-versus-the-rule-of-the-algorithm-a-symposium-by-dri-and-verfassungsblog).

- Crawford, Kate e Schultz, Jason. (2014). “Big Data and Due Process: Toward a Framework to Redress Predictive Privacy Harms”, *Boston College Law Review*, Vol. 55, Issue 1, (<https://lawdigitalcommons.bc.edu/bclr/vol55/iss1/4/>).
- Micklitz, H., Pollicino, O., Reichman, A., Simoncini, A., Sartor, G., & De Gregorio, G. (Eds.). (2021). *Constitutional Challenges in the Algorithmic Society*. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781108914857.
- Sajó, András e Uitz, Renáta (2017). *The Constitution of Freedom: An Introduction to Legal Constitutionalism*, Oxford University Press Academic.
- NG, Yee-Fui et al. (2020). “Revitalising Public Law in a Technological Era: Rights, Transparency and Administrative Justice”, *University of New South Wales Law Journal*, Vol. 43, Issue 3.

*

A plataforma de base usada será o ambiente virtual do Moodle. Todos os recursos específicos necessários são disponibilizados na plataforma.